

## Centro: Jurídicas

### Curso: Direito

**Título:** O PLC 122/06 : TENSÕES E CLIVAGENS NA DISCUSSÃO SOBRE O COMBATE À HOMOFOBIA NO BRASIL.

**Autores:** Gomes, A. N.

**Email:** gomes\_artur@hotmail.com

**IES:** UNESA

**Palavra Chave:** Homofobia Criminalização Discriminação Gênero Reflexão

#### Resumo:

A presente pesquisa visa analisar os avanços e retrocessos verificados no Brasil, nos últimos anos, no que se refere à criminalização da homofobia, tomando como referência as discussões e tensões verificadas por ocasião do debate sobre o PLC 122/06, que visa criminalizar a discriminação motivada pela orientação sexual ou identidade de gênero do indivíduo, alterando a Lei 7716/89 que define os crimes resultantes somente de preconceitos de raça ou cor. Ao texto original do projeto, foram acrescentadas, ainda, as discriminações por condição de pessoa idosa ou com deficiência, o que abará as discriminações pautadas unicamente na idade da pessoa ou no fato de ter alguma deficiência física ou mental. Como em todo processo social, verificam-se consensos e clivagens entre indivíduos e grupos sociais que se opõem por questões políticas, ideológicas, religiosas etc, fazendo com que o debate em torno da questão ganhe, muitas vezes, contornos dramáticos, e mobilize diversos setores da sociedade. Objeto de crítica de alguns setores da sociedade, em especial dos evangélicos de tendência neopentecostal, o projeto em questão transformou-se num dos mais recorrentes temas de debate nas últimas eleições presidenciais, colocando-se em destaque na agenda pública nacional. Serão analisadas também, comparativamente ao PLC 122/06, outras iniciativas legais no que tange o combate à homofobia foram tomadas em outras esferas do poder, como no município do Rio de Janeiro, onde foi aprovada e sancionada pelo prefeito a Lei municipal 2475/96, a qual proíbe qualquer repartição ou estabelecimento comercial de discriminar uma pessoa em virtude de sua orientação sexual e, no estado do Rio de Janeiro, que, por meio do Decreto 43065/11, garantiu o direito ao uso do nome social por travestis e transexuais na administração estadual direta e indireta. Outro objetivo da pesquisa é inserir o corpo discente num estudo sobre um tema presente na agenda pública nacional e mundial, possibilitando-o compreender a normatização existente e as conexões entre esta e a realidade social, possibilitando o desenvolvimento de uma reflexão crítica da realidade circundante ao universo acadêmico. 

